FGV DIREITO SP
MESTRADO PROFISSIONAL

René Suhurt Salgado

Eternidade Digital: As Implicações Éticas e Legais da IA Pós-Morte

Pré-projeto de trabalho da dissertação apresentado na Fundação Getúlio Vargas como requisito para a conclusão do curso de Mestrado em Direito e Tecnologia.

São Paulo – SP
2023

1. TEMA, CONTEXTO E DELIMITAÇÃO DO ESCOPO

1.1. INTRODUÇÃO

Habitamos em uma época em que a vida e o legado de um indivíduo podem ser conservados digitalmente. A ascensão da inteligência artificial (IA) abriu possibilidades anteriormente inimagináveis, redefinindo muitos aspectos de nossa existência e a maneira como discutimos a permanência após a morte. Uma dessas transmutações diz respeito à criação de novos conteúdos a partir do legado intelectual, artístico e conteúdos em geral de pessoas falecidas. Este estudo visa explorar as complexidades das utilizações emergentes de IA e discutir aspectos tecnológicos, legais e éticos relevantes.

A contribuição intelectual e artística das pessoas ao longo da vida é um tesouro de conhecimento e criatividade. Essas informações, como obras artísticas, composições sonoras, trabalhos intelectuais, vídeos, áudios e textos em geral disponíveis em formatos digitais, são um vasto conjunto de dados que a IA pode extrair para gerar novos insights e conteúdo. No entanto, a reutilização de dados é um problema complexo e multifacetado.

Do ponto de vista técnico, a capacidade da IA de analisar e aprender com esse vasto conjunto de dados está impulsionando a criação de novos conteúdos de maneira antes nunca possível. A velocidade e a quantidade de conteúdos interagidos causam uma infinidade de novos trabalhos que jamais poderiam ser feitos por seres humanos. No entanto, quão precisos e representativos podem ser esses conteúdos? Como garantir a qualidade e a proteção dessas produções?

Do ponto de vista legal, há questões interessantes sobre direitos autorais e propriedade intelectual. Quem detém os direitos do conteúdo recém-gerado? Quais são os limites legais para usar esses dados post-mortem? Como as leis atuais se aplicam a esse cenário e que novos paradigmas jurídicos podem emergir para regular essa prática?

A primeira questão legal a ser concedida é a titularidade dos direitos sobre o novo conteúdo gerado pela IA (inteligência artificial) a partir dos dados do falecido. Na quase unanimidade das jurisdições, os direitos de propriedade intelectual de uma pessoa passam para seus herdeiros após a morte. No entanto, quando esse conteúdo é reaproveitado ou modificado pela inteligência artificial para criar um novo trabalho, a propriedade desses direitos torna-se uma questão intrincada.

Quando a inteligência artificial cria novos conteúdos, surge a dúvida sobre quem é o verdadeiro "autor" daquela obra. As leis atuais não conseguem ter uma resposta definitiva, a autoria é geralmente atribuída a uma pessoa ou a um grupo de pessoas, mas a IA como tal não tem personalidade jurídica e, portanto, não pode ser

considerado um autor. O proprietário e criador da IA, o programador que treinou e que conduziu essa ferramenta avançada a construir algo novo através das suas intercessões ou os herdeiros dos dados originais devem ser considerados autores? Isso é algo que a legislação atual não tem respostas concretas.

O atual arcabouço legal não foi desenvolvido com os recursos de IA em mente e, como tal, muitas vezes é insuficiente para resolver esses problemas. Leis e regulamentos precisarão evoluir para responder às integrações de IA e seu impacto na propriedade intelectual e nos direitos autorais.

Para isso, novos paradigmas jurídicos devem ser alcançados. A legislação precisa ser adaptada ou reescrita para abordar essas questões, e novos princípios jurídicos podem ser necessários. Este é um desafio significativo porque requer um equilíbrio entre proteger os direitos individuais e permitir o progresso tecnológico e a inovação.

Considerações éticas também são de grande importância nessa discussão. Quais são as responsabilidades éticas de quem usa essas informações? Como respeitar a vontade do falecido e a transgressão de sua herança? Até que ponto a reutilização dessas informações é uma violação e um proveito econômico injusto?

O debate sobre o uso de dados post mortem na criação de conteúdo através da IA está inevitavelmente entrelaçado com uma rede de considerações éticas. Como a tecnologia ultrapassa os limites do que é possível, é importante que a ética, que é intrinsecamente humana, não caia no esquecimento.

Porque quem usa essas informações tem uma responsabilidade ética fundamental: tratar os dados do falecido com dignidade e respeito. No fim a informação em questão reflete o modo de vida, a personalidade única, bem como o patrimônio intelectual e artístico. O uso descuidado ou desrespeitoso desses dados pode ser considerado uma violação grave dos padrões éticos.

A vontade do falecido é outra consideração ética central. Se o indivíduo expressou vontades específicas em vida com relação ao uso de suas informações após a morte respeitar essa vontade é uma responsabilidade ética crucial. Transgredi-la pode ser cabido como uma falta de respeito pela autonomia e individualidade da pessoa.

Em geral, a IA pode usar técnicas como aprendizado de máquina, redes neurais e processamento de linguagem natural para analisar e interpretar dados e, em seguida, gerar novos dados com base nessa análise. Com base nisso, se inteligência artificial cria um novo trabalho a partir dos dados do falecido até que ponto isso é considerado uma apropriação indevida de seu legado?

Se uma entidade ou indivíduo se beneficiar da reutilização dessas informações sem compensar convenientemente a família ou o patrimônio do falecido isso pode constituir exploração econômica injusta? Mas isso caberá quando? E se as informações forem primordiais para a descoberta de novas tecnologias, medicamentos e produtos que miram o bem-estar público? Se sobressai o direito dos herdeiros ou o interesse público?

Essas questões éticas destacam a necessidade de um debate contínuo e aberto no campo da inteligência artificial. À medida que essas tecnologias avançam, é imperativo que os desenvolvedores, usuários e reguladores considerem continuamente as implicações éticas do uso de dados post mortem.

Em última análise, ao navegar por essas questões éticas, é importante lembrar que a inovação e o progresso não devem vir à custa do desrespeito e da indignidade. Enquanto avançamos para um futuro cada vez mais tecnológico, a ética deve permanecer no centro de nossa tomada de decisão.

Essas questões são complexas e requerem uma abordagem cuidadosa e uma análise profunda. Com este estudo, esperamos lançar luz sobre essas questões e contribuir para o desenvolvimento de práticas mais éticas, legais e tecnicamente sólidas para o uso de bens intelectuais, artísticos e patrimoniais no contexto da inteligência artificial. Dessa forma, podemos honrar as contribuições dos falecidos enquanto promovemos a inovação e o descobrimento em nosso mundo digital em constante mudança.

1.2. JUSTIFICATIVA

Este estudo busca reavaliar a legislação de direitos autorais no contexto do uso pós-morte de dados em sistemas de inteligência artificial (IA). A Lei Nº 9.610/98 do Brasil, apesar de não mencionar explicitamente a IA, aplica-se a obras criadas por meio dela, considerando critérios de originalidade e expressão criativa. Uma questão central é a autoria de obras geradas pela IA, especialmente quando não há intervenção humana significativa. Essa indefinição desafia as noções convencionais de autoria e propriedade intelectual.

De acordo com o artigo 41 da Lei de Direitos Autorais, os direitos patrimoniais do autor duram 70 anos após sua morte, período em que a obra pertence ao espólio ou sucessores. Após este prazo, a obra entra em domínio público. No entanto, esperar esse período para aproveitar dados valiosos pode impedir o avanço tecnológico e o desenvolvimento humano. Assim, torna-se imperativo estabelecer regras claras para a exploração desses dados, sem violar a honra e o legado do falecido, mas permitindo a inovação e o progresso.

Este estudo argumenta pela necessidade de revisar a lei de direitos autorais, buscando um equilíbrio entre a proteção da memória e do legado do falecido e a promoção do uso ético de suas informações por sistemas de IA. Ele visa contribuir para o debate sobre como harmonizar os interesses privados dos titulares de direitos autorais com o interesse público. Esse equilíbrio é crucial para permitir o uso responsável da inteligência artificial, respeitando a imagem e a reputação do falecido, e ao mesmo tempo fomentando a inovação e o desenvolvimento tecnológico.

> "Art. 41. Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1° de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil. Parágrafo único. Aplica-se às obras póstumas o prazo de proteção a que alude o caput deste artigo."[1]

2. OBJETIVOS

O principal objetivo deste estudo será propor um quadro legal e ético atualizado que permita a utilização responsável e inovadora dos conteúdos e dados digitais do falecido por sistemas de Inteligência Artificial. A tese se concentrará em explorar maneiras de equilibrar a proteção de direitos autorais, respeitando a memória e o patrimônio do falecido e promovendo a inovação e o avanço do conhecimento na era digital. Adicionalmente, este trabalho procurará também desenvolver orientações práticas para a obtenção de consentimento para futura utilização de dados pessoais, intelectuais e tantos outros no contexto da IA.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Será feita uma análise exploratória sobre o tema, trabalhando pormenorizadamente a atual legislação de direitos autorais e convenções e tratados internacionais relevantes. Isso fornecerá uma base sólida para a mudança legislativa. A pesquisa também focará nos estudos de caso que investiguem como as leis de direitos autorais foram aplicadas a casos relacionados à inteligência artificial e ao uso de dados dos mortos.

A ética é essencial para abordar questões como o respeito à memória e ao legado do falecido e a transmissão do consentimento informado. Isso pode incluir a análise de conjecturas éticas e a consulta a especialistas em ética, bem como a realização de estudos empíricos para entender as atitudes do público sobre o uso de dados mortos pela IA.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO FÁTICA

[1] Art. 41 da Lei de Direitos Autorais - Lei 9610/98

4.1 Quais são as principais questões éticas e legais relacionadas ao uso da IA para criar conteúdo a partir dos dados de pessoas falecidas?

F.4.1 pesquisa sobre casos concretos e julgados não só no país como em âmbito internacional

4.2 Como a reutilização de dados de pessoas falecidas pode afetar os direitos autorais e a propriedade intelectual dos envolvidos?

F.4.2 Estudo da lei, da doutrina e da jurisprudência.

4.3 Quais são as implicações da criação de novos conteúdos a partir dos dados de pessoas falecidas para a privacidade e a dignidade dessas pessoas e de seus herdeiros?

F.4.3 Verificação da jurisprudência e casos sobre o assunto.

5. REFERENCIAL TEÓRICO NORMATIVO

5.1 Quais são as principais leis e normas que regulam o uso de dados post mortem no Brasil?

F.5.1 Não existe uma lei específica sobre o tema. Existem leis que abordam de forma parcial a situação. Elas podem ser usadas por analogia. O uso de princípios também será necessário.

5.2 Como a inteligência artificial pode afetar os direitos autorais e a propriedade intelectual de pessoas falecidas?

F.5.2 Verificar situações concretas sobre o assunto, e como isso tem sido resolvido não só em âmbito judicial, mas também de forma extrajudicial ou amigavelmente.

5.3 Como a legislação brasileira pode ser atualizada para lidar com os desafios trazidos pela inteligência artificial e o uso de dados post mortem, considerando as implicações éticas e legais envolvidas?

F.5.3 Proposição de projetos de lei para que a regulação se atualize sobre o tema.

6. ABORDAGEM ANALÍTICA

6.1 Como pode ser útil para avaliar as práticas usualmente adotadas no contexto do uso de dados post mortem e inteligência artificial, e identificar os principais riscos e como podem ser mitigados?

F.6.1 Referencial doutrinário e jurisprudencial.

6.2 Quais são as principais convenções e tratados internacionais relevantes para a atual legislação de direitos autorais no contexto da inteligência artificial e do uso de dados post mortem, e como pode ser utilizada para analisá-los e fornecer uma base sólida para a mudança legislativa?

F.6.2 Estudo de regulamentação estrangeira.

7. RECOMENDAÇÕES FINAIS

7.1 Quais são as principais lições aprendidas a partir de casos anteriores envolvendo o uso de dados post mortem pela IA, e como essas lições podem ser aplicadas para orientar condutas futuras?

F.7.1 Estudo de casos

7.2 Qual é a melhor prática identificada para o uso de dados post mortem pela IA, e qual é a sua fundamentação jurídica?

F.7.2 Verificação de resolução de casos concretos com a ajuda da doutrina e da jurisprudência.

7.3 Como a proposta de solução juridicamente embasada apresentada neste trabalho pode contribuir para resolver o problema da falta de regulamentação adequada para o uso de dados post mortem pela IA, e quais são as principais características dessa proposta?

F.7.3 O principal objetivo e discorrer sobre o tema e elucidar o máximo de dúvidas possíveis usando a melhor e majoritária jurisprudência, juntamente com o que vem sendo decidido ao redor do mundo, para que isso sirva de embasamento aos nossos legisladores e juristas.

8. RELEVÂNCIA PRÁTICA, CARÁTER INOVADOR E POTENCIAL DE IMPACTO

A aplicação deste estudo reside na sua abordagem inovadora ao uso da Inteligência Artificial (IA) para gerar novos conteúdos a partir dos dados de pessoas falecidas. Ele lança luz sobre questões legais complexas relacionadas a direitos de

propriedade intelectual e privacidade que emergem neste contexto. O trabalho é destinado aos formuladores de políticas, profissionais jurídicos, cientistas de dados e qualquer pessoa interessada no campo emergente da ética da IA.

A inovação reside em abordar a utilização da inteligência artificial do ponto de vista da propriedade intelectual e do direito à privacidade apresentando propostas de soluções de base legal que tenham em conta a necessidade de proteger os direitos intelectuais e a memória dos falecidos ao mesmo tempo em que promovem a segurança tecnológica e a inovação.

O impacto potencial deste trabalho é transformar a forma como compreendemos e regulamos o uso da inteligência artificial no contexto da criação de novos conteúdos a partir dos dados do de cujus. Ao propor atualizar a legislação de direitos autorais e privacidade e criar um código de ética específico. Este trabalho tem o potencial de estabelecer novos padrões legais e éticos que podem orientar o uso responsável da IA no futuro.

9. FAMILIARIDADE COM O OBJETO DA PESQUISA

Este profissional não atuou em nenhuma causa envolvendo diretamente o tema sobre direito autoral. Porém, já houveram trabalhos relacionados ao uso indevido de logomarcas. Sabemos que em termos de direito autoral, uma "marca" pode ser protegida se contiver um grau significativo de criatividade ou originalidade.

Em suma, enquanto os direitos autorais protegem a expressão criativa, as marcas registradas protegem os elementos distintivos que identificam a origem de bens e serviços. Dependendo do grau de criação da "logo", existem pontos de correlação sobre os temas. Apesar de uma relação tímida sobre o tema, profissionalmente falando, a parte teórica, o estudo de casos e acontecimentos envolvendo figuras famosas nos últimos anos vem aprimorando minha pesquisa sobre este assunto.

10. BIBLIOGRAFIA PRELIMINAR

SANCHES. Patricia Corrêa Sanches. Direito das Famílias e Sucessões na Era Digital. Belo Horizonte. Editora Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Ano 2021.

TEIXEIRA. Ana Carolina Brochado Teixeira e Lívia Teixeira Leal. Herança Digital. 2ª edição. Indaiatuba/SP. Editora Foco. Ano 2022.

SANCHES. Patricia Corrêa Sanches. Inteligência Artificial e Herança. Tudo será como antes? Disponível em: https://www.anoregpr.org.br/artigo-inteligencia-artificial-e-heranca-tudo-sera-como-antes-por-patricia-correa-sanches/. Data 08/03/2023.

SOARES. Lucas Soares. Inteligência artificial consegue "ressuscitar" Kurt Cobain e criar música inédita do Nirvana. Disponível em: https://olhardigital.com.br/2021/04/05/internet-e-redes-sociais/inteligencia-artificial-consegue-ressuscitar-kurt-cobain-e-criar-musica-inedita-do-nirvana/. Data 05/04/2021.

PASQUALE, Frank. The Black Box Society: the secrecy algorithms that control money and information. Cambridge: Harvard University Press, 2015. (Introduction).

VAGLE, Jeffrey L. Cybersecurity and Moral Hazard. Stanford Technology Law Review, volume 23, number 1, winter 2020, pp. 71 – 113.

ALEM. Nicholas. As obras derivadas das obras audiovisuais. Disponível em http://institutodea.com/artigo/as-obras-derivadas-das-obras-audiovisuais/. Data 08/07/2018.

NETTO. José Carlos Costa. Direito Autoral no Brasil 4ª edição. São Paulo/SP. Editora Saraiva. Ano 2023.

Silva, J. Ano 2023. Valor Econômico. Cartórios registram aumento de pedidos para regular direitos digitais após a morte. Disponível em: https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2023/09/17/cartorios-registram-aumento-de-pedidos-para-regular-direitos-digitais-apos-a-morte.ghtml

Hannibal Travis. Intelligent Entertainment: Shaping Policies on the Algorithmic Generation and Regulation of Creative Works. November 7, 2020. Florida International University College of Law.

11. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

2023										2024												H
Atividade	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Revisão bibliográfica																						90
Coleta de dados																						90
Capítulo do Contexto Fático																						40
Capítulo Analítico																						40
Capítulo Referencial Teórico																						30
Conclusão																						30
Total																						320

12. SUMÁRIO PRELIMINAR

1. Introdução

1.1 Contextualização da IA na Era Pós-Morte

1.2 Objetivos e Escopo da Pesquisa

2. Aspectos Legais: Novas Fronteiras

2.1 Propriedade Intelectual e IA

2.2 Jurisdições e Normas Internacionais

2.3 Diretrizes para Legislação Futura

3. Ética e Tecnologia na Imortalidade Digital

3.1 Consentimento e Legado Digital

3.2 Padrões Éticos em IA

3.3 Desafios Técnicos e Sociais

3.4 Gestão de Riscos e Segurança de Dados

4. Estudos de Caso e Governança

4.1 Aplicações Práticas de Dados Pós-Morte

4.2 Impacto Sociocultural da IA

4.3 Estruturas de Governança

4.4 Casos Internacionais e Governança Global

6. Diretrizes e Instrumentos Jurídicos para a Prática

6.1 Quadro Legal e Ético

6.2 Participação Pública e Stakeholders

6.3 Recomendações e Diretrizes Práticas

6.4 Políticas Públicas e Regulação

7. Impacto Futuro, Inovação e Sustentabilidade

7.1 Tendências e Desafios Futuros

7.2 Fomento à Inovação Ética

7.3 Conclusões e Futuras Linhas de Pesquisa

7.4 Sustentabilidade e Longevidade da IA

8. Conclusão

8.1 Síntese dos Resultados

8.2 Contribuições e Implicações

9. Referências Bibliográficas